



**REGULAMENTO
DO PLANO PREV-ESTAT**

Versão aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar
conforme Portaria nº 801, de 18/11/2020,
publicada no Diário Oficial da União de 24/11/2020

ÍNDICE

Capítulo I: DO PLANO E SEUS FINS

Capítulo II: DOS MEMBROS

Capítulo III: DA INSCRIÇÃO

Seção I: Das Condições de Inscrição

Seção II: Da Manutenção da Inscrição

Capítulo IV: DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Capítulo V: DOS INSTITUTOS

Seção I: Do Benefício Proporcional Diferido

Seção II: Do Resgate

Seção III: Da Portabilidade

Seção IV: Do Extrato e do Termo de Opção

Capítulo VI: DO VALOR MÍNIMO DE REFERÊNCIA

Capítulo VII: DO PLANO DE CUSTEIO

Seção I: Do Custeio dos Benefícios

Seção II: Do Custeio Administrativo

Capítulo VIII: DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Capítulo IX: DAS CONTAS DO PLANO

Seção I: Da Conta Pessoal

Seção II: Da Conta de Recursos Portados

Seção III: Da Conta de Recursos do Empregador

Seção IV: Da Conta de Benefício Concedido

Seção V: Da Atualização dos Saldos das Contas

Capítulo X: DOS BENEFÍCIOS

Seção I: Do Elenco de Benefícios

Seção II: Da Cobertura Adicional para os Riscos de Invalidez e Morte

Seção III: Da Renda de Aposentadoria Normal

Seção IV: Da Renda Proporcional Diferida

Seção V: Da Renda de Aposentadoria por Invalidez

Seção VI: Da Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo

Seção VII: Da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido

Seção VIII: Dos Critérios de Ajuste dos Benefícios

Capítulo XI: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO: GLOSSÁRIO DO PLANO PREV-ESTAT

REGULAMENTO DO PLANO PREV-ESTAT

CAPÍTULO I DO PLANO E SEUS FINS

Art. 1º - O Plano PREV-ESTAT é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social, doravante denominada Petros.

Art. 2º - O Plano PREV-ESTAT é regido:

I – pela legislação aplicável;

II – pelo Estatuto da Petros;

III – por este Regulamento.

§ 1º - As remissões a “artigos” e a “Capítulos” constantes deste Regulamento que não façam referência expressa a outro normativo serão interpretadas como sendo relativas a este Regulamento.

§ 2º - As remissões a “caput”, “parágrafo”, “inciso” e “alínea” constantes deste Regulamento que não façam referência expressa a outro “artigo” ou “parágrafo” serão interpretadas como sendo relativas ao próprio dispositivo.

Art. 3º - Este Regulamento estabelece as normas de concessão e custeio dos benefícios assegurados pelo Plano PREV-ESTAT, bem como os direitos e obrigações dos Instituidores, dos Participantes e Beneficiários e da Petros.

§ 1º - O Plano PREV-ESTAT é totalmente desvinculado dos demais planos de benefícios administrados pela Petros, inexistindo solidariedade entre eles e entre suas respectivas Patrocinadoras ou Instituidores.

§ 2º - O patrimônio do Plano PREV-ESTAT será aplicado integralmente na concessão e na manutenção dos benefícios previstos neste Regulamento.

Art. 4º - Nenhum benefício poderá ser criado, majorado ou estendido no Plano PREV-ESTAT sem a aprovação dos órgãos competentes e sem que, em contrapartida, tenha sido estabelecida a respectiva receita de cobertura total, calculada atuarialmente.

Art. 5º - O prazo de duração do Plano PREV-ESTAT é indeterminado.

CAPÍTULO II DOS MEMBROS

Art. 6º - São membros do Plano PREV-ESTAT:

I – Instituidores;

II – Participantes;

III – Assistidos.

Art. 7º - São Instituidores as pessoas jurídicas, de caráter profissional, classista ou setorial, que efetuam e mantêm sua adesão ao Plano PREV-ESTAT, com a finalidade exclusiva do seu oferecimento a todos os seus associados ou membros, nos termos deste Regulamento e do Convênio de Adesão firmado com a Petros.

Parágrafo único - A adesão de Instituidor ao Plano PREV-ESTAT dar-se-á por meio de Convênio de Adesão celebrado com a Petros e aprovado pelo órgão governamental competente.

Art. 8º - São Participantes as pessoas físicas registradas nos Instituidores que estejam regularmente inscritas no Plano PREV-ESTAT, observado o disposto no artigo 10 e seus parágrafos.

Art. 9º - São Assistidos os Participantes e Beneficiários em gozo de benefício de pagamento continuado do Plano PREV-ESTAT.

Art. 10 - Os Participantes do Plano PREV-ESTAT são classificados em:

I – Participantes Ativos: os Participantes que não estejam em gozo de benefício de pagamento continuado do Plano PREV-ESTAT, assim distribuídos:

a) Participante Vinculado: o Participante que mantém registro no Instituidor;

b) Participante Mantido: o Participante que, em virtude do cancelamento do registro no Instituidor, tenha optado pela manutenção de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT, na forma do artigo 14;

c) Participante Remido: o Participante que, em virtude do cancelamento do registro no Instituidor, tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido, na forma do artigo 18.

II – Participantes Assistidos: os Participantes que estejam em gozo de benefício de pagamento continuado do Plano PREV-ESTAT.

§ 1º - Considera-se Participante Licenciado o Participante que, na condição de Vinculado ou Mantido, esteja com o pagamento das suas contribuições ordinárias suspenso, nos termos do artigo 32.

§ 2º - O Participante Remido que fizer novo registro no Instituidor do Plano PREV-ESTAT poderá retornar à condição de Participante Vinculado, mediante requerimento.

Art. 11 - São Beneficiários do Participante os dependentes por ele designados no Plano PREV-ESTAT, dentre aqueles definidos nas classes a seguir, sendo que a existência de dependente em uma das classes precedentes exclui o direito dos dependentes das classes subsequentes:

1ª classe: o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado menor de 21 anos ou inválido, inclusive o enteado ou o menor tutelado;

2ª classe: os pais;

3ª classe: o irmão não emancipado menor de 21 anos ou inválido.

§ 1º - O ex-cônjuge, divorciado ou separado judicialmente ou de fato, a ex-companheira e o ex-companheiro, que recebam pensão alimentícia judicialmente homologada, também serão considerados dependentes da 1ª classe.

§ 2º - O enteado, o menor tutelado e os dependentes da 2ª e 3ª classes acima deverão comprovar a dependência econômica em relação ao Participante, conforme requisitos estabelecidos na legislação da Previdência Social.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o Participante, devidamente comprovada, por meio de provas documentais, de acordo com os mesmos requisitos exigidos pela Previdência Social.

§ 4º - Na data do requerimento da Renda de Aposentadoria Normal, da Renda Proporcional Diferida ou da Renda de Aposentadoria por Invalidez, na modalidade de renda mensal por prazo indeterminado, o Participante deverá declarar os seus Beneficiários, dentre os previstos neste artigo, para fim de recebimento da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido, os quais serão considerados no dimensionamento dos compromissos do Plano PREV-ESTAT para com o Participante Assistido e com seus Beneficiários.

§ 5º - A inclusão de qualquer Beneficiário após a data referida no § 4º implicará o recálculo do valor do benefício que estiver sendo pago ao Participante Assistido, mediante equivalência atuarial.

§ 6º - Alternativamente ao disposto no § 5º, o Participante Assistido poderá efetuar o pagamento de um montante atuarialmente calculado necessário ao custeio do aumento dos compromissos do Plano PREV-ESTAT em decorrência da inclusão de novo Beneficiário, a ser creditado na Conta de Benefício Concedido, de modo a manter, na data da inclusão, o nível do benefício que estiver sendo pago ao Participante.

§ 7º - Considera-se Beneficiário Assistido o beneficiário em gozo de benefício de pagamento continuado do Plano PREV-ESTAT.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Seção I Das Condições de Inscrição

Art. 12 - A inscrição como Participante do Plano PREV-ESTAT e a manutenção dessa qualidade são condições essenciais à obtenção, pelo mesmo e por seus Beneficiários, de qualquer benefício previsto neste Regulamento.

§ 1º - A inscrição no Plano PREV-ESTAT é facultada às pessoas físicas registradas no Instituidor e será válida a partir da data do recebimento na Petros do Pedido de Inscrição.

§ 2º - O Participante receberá, quando de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT:

I – certificado onde estarão indicados os requisitos que regulam a inscrição e a manutenção da qualidade de Participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios;

II – exemplar do Estatuto da Petros e do Regulamento do Plano PREV-ESTAT;

III – material explicativo que descreva o Plano PREV-ESTAT em linguagem simples e precisa.

§ 3º - O Participante é responsável por todas as informações prestadas no Pedido de Inscrição, devendo comunicar à Petros qualquer alteração, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao da ocorrência, inclusive a de endereço para fins de recebimento de correspondências.

Art. 13 - Considera-se nova inscrição o reingresso daquele que, por qualquer motivo, teve sua inscrição como Participante cancelada, sendo aplicáveis, nessa hipótese, os dispositivos legais e regulamentares vigentes na data do reingresso.

Parágrafo único - É vedada nova inscrição ao Participante Assistido do Plano PREV-ESTAT.

Seção II Da Manutenção da Inscrição

Art. 14 - O Participante Vinculado que cancelar o seu registro no Instituidor e que na data do cancelamento não atenda às condições previstas neste Regulamento para recebimento de benefício, não opte pelo Resgate nem pela Portabilidade, poderá permanecer no Plano PREV-ESTAT em uma das seguintes condições:

I – de Participante Mantido, desde que mantenha o pagamento das suas contribuições ordinárias e, se for o caso, das contribuições de risco;

II – de Participante Remido, observadas as condições previstas no artigo 18.

Parágrafo único - Para exercer uma das opções previstas neste artigo, o Participante deverá observar o prazo previsto no § 1º do artigo 27.

CAPÍTULO IV DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Art. 15 - Será cancelada a inscrição do Participante que:

I – falecer;

II – requerer o cancelamento de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT;

III – deixar de recolher, por 3 (três) meses consecutivos, as suas contribuições mensais devidas ao Plano PREV-ESTAT, ressalvada a situação prevista no artigo 32;

IV – na condição de Remido ou de Licenciado, se tornar inadimplente por mais de 6 (seis) meses consecutivos em relação ao pagamento do Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT;

V – receber benefício em parcela única;

VI – tiver cancelado o seu registro no Instituidor antes da aquisição do direito a benefício previsto neste Regulamento, ressalvados os casos de opção pelo Benefício Proporcional Diferido, na forma do artigo 18, observado o § 4º do artigo 27, ou pela Manutenção da Inscrição no Plano PREV-ESTAT, na forma do artigo 14;

VII – exercer a opção pelo Resgate;

VIII – exercer a opção pela Portabilidade;

IX – na condição de Assistido, tiver esgotado o saldo da Conta de Benefício Concedido.

Parágrafo único - O Participante não poderá requerer o cancelamento de sua inscrição se já estiver em gozo de benefício do Plano PREV-ESTAT.

Art. 16 - O cancelamento da inscrição do Participante acarreta, conseqüentemente, a perda da qualidade dos respectivos Beneficiários, exceto se o cancelamento tiver ocorrido em virtude de falecimento do Participante.

Parágrafo único - Perderá também a qualidade de Beneficiário aquele que:

I – deixar de preencher as condições expressas no artigo 11;

II – receber benefício em parcela única;

III – na condição de Assistido, tiver esgotado o saldo da Conta de Benefício Concedido em nome do Participante falecido.

Art. 17 - O Participante que tiver sua inscrição no Plano PREV-ESTAT cancelada, sem optar pelo Resgate ou pela Portabilidade, e vier a solicitar o seu reingresso terá reativada a sua Conta Pessoal e, na existência de saldo, a Conta de Recursos Portados e a Conta de Recursos do Empregador.

CAPÍTULO V DOS INSTITUTOS

Seção I Do Benefício Proporcional Diferido

Art. 18 - Na hipótese de cancelamento do registro no Instituidor, o Participante poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido, mediante requerimento no prazo estabelecido no § 1º do artigo 27, para receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção, passando à condição de Participante Remido, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – não ter adquirido o direito ao benefício de Renda de Aposentadoria Normal previsto neste Regulamento;

II – estar inscrito no Plano PREV-ESTAT como Participante há, no mínimo, 6 (seis) meses.

§ 1º - A opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, ou a presunção dessa opção na forma do § 4º do artigo 27, implica a suspensão do pagamento das contribuições ordinárias e, se for o caso, das contribuições de risco, permanecendo a cargo do Participante Remido o pagamento do valor destinado ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT, na forma do artigo 36.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Participante Remido poderá efetuar contribuições esporádicas para o Plano PREV-ESTAT, a crédito da sua Conta Pessoal, objetivando a melhoria do benefício decorrente da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.

§ 3º - O montante garantidor do Benefício Proporcional Diferido, apurado na data da opção por esse instituto, corresponderá à reserva matemática constituída pela soma dos saldos das seguintes Contas:

- a) Conta Pessoal;
- b) Conta de Recursos Portados;
- c) Conta de Recursos do Empregador.

§ 4º - O montante previsto no § 3º será atualizado, até a data da concessão do benefício, de acordo com a rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

§ 5º - Caso o Participante Remido efetue contribuições esporádicas durante o período de diferimento, essas serão adicionadas ao montante previsto no § 3º, após a dedução da parcela destinada ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT.

§ 6º - O benefício de Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo instituto previsto neste artigo, será concedido e calculado na forma prevista nos artigos 55 e 56.

Seção II Do Resgate

Art. 19 - Terá direito ao Resgate, mediante requerimento, o Participante que não esteja em gozo de qualquer benefício previsto neste Regulamento ou que tenha sua inscrição no Plano PREV-ESTAT cancelada, excetuadas as hipóteses previstas nos incisos I, V, VIII e IX do artigo 15.

Parágrafo único - A opção pelo Resgate, de caráter irrevogável e irretratável, implica o cancelamento da inscrição do Participante no Plano PREV-ESTAT.

Art. 20 - O valor do Resgate corresponderá ao somatório dos saldos das seguintes Contas:

- I – Conta Pessoal do Participante;
- II – Conta de Recursos Portados, por opção do Participante, observado o disposto no § 1º;
- III – Conta de Recursos do Empregador.

§ 1º - Caso o Participante não opte pela inclusão, no valor do Resgate, da parcela prevista no inciso II, essa parcela deverá ser portada para outro plano de benefícios de caráter previdenciário.

§ 2º - O Participante que tenha, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses de vinculação ao Plano PREV-ESTAT, poderá resgatar a cada 2 (dois) anos até 20% (vinte por cento) do saldo da Conta Pessoal correspondente às contribuições ordinárias por ele realizadas.

§ 3º - O Participante que tenha, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses de vinculação ao Plano PREV-ESTAT, e esteja na fase contributiva, poderá resgatar, a qualquer tempo, os seguintes valores:

I – saldo da Conta de Recursos Portados;

II – saldo da Conta Pessoal correspondente às contribuições esporádicas realizadas pelo Participante;

§ 4º - O Resgate previsto nos §§ 2º e 3º não altera a classificação do Participante perante o Plano como também não implica o cancelamento da inscrição no Plano PREV-ESTAT.

§ 5º - O Resgate será pago em cota única ou, por opção única e exclusiva do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas, mensalmente, de acordo com a rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

Art. 21 - Para pagamento do Resgate serão observados os seguintes prazos de carência:

I – em relação ao saldo da Conta Pessoal e da Conta Recursos Portados: 36 (trinta e seis) meses, contados da data da inscrição do Participante no Plano PREV-ESTAT;

II – em relação a cada uma das contribuições efetuadas pelo empregador: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do respectivo aporte.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto no inciso II, em relação às contribuições realizadas por empregador, poderão ser estabelecidas condições adicionais no instrumento contratual específico, previsto no inciso I do parágrafo único do artigo 30.

Art. 22 - Efetuado o pagamento do valor total do Resgate, encerram-se definitivamente todos os compromissos do Plano PREV-ESTAT para com o Participante e com seus Beneficiários.

Seção III Da Portabilidade

Art. 23 - O Participante terá assegurado o direito à Portabilidade, mediante requerimento, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – estar inscrito no Plano PREV-ESTAT há pelo menos 6 (seis) meses;

II – não estar em gozo de benefício do Plano PREV-ESTAT.

Parágrafo único - A opção pela Portabilidade, de caráter irrevogável e irretratável, implica o cancelamento da inscrição do Participante no Plano PREV-ESTAT.

Art. 24 - A Portabilidade consiste na transferência dos recursos financeiros, correspondentes ao direito acumulado pelo Participante no Plano PREV-ESTAT, para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos previdenciários.

§ 1º - O direito acumulado do Participante no Plano PREV-ESTAT, para fins de Portabilidade, corresponde à reserva matemática constituída, na data da cessação das contribuições, pela soma dos saldos das seguintes Contas:

a) Conta Pessoal;

b) Conta de Recursos do Empregador.

§ 2º - No caso do Participante Remido, o valor previsto no §1º será acrescido de eventuais contribuições esporádicas realizadas pelo Participante durante o período de diferimento, deduzida dessas contribuições a parcela destinada ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT.

§ 3º - A Portabilidade do direito acumulado pelo Participante no Plano PREV-ESTAT implica também a Portabilidade do saldo porventura existente na Conta de Recursos Portados.

§ 4º - Os recursos financeiros a serem portados serão atualizados, até a data da efetiva transferência, de acordo com a rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

§ 5º - Na Portabilidade é vedado que os recursos financeiros transitem pelos Participantes sob qualquer forma.

Art. 25 - Manifestada a opção do Participante pela Portabilidade, a Petros emitirá o Termo de Portabilidade e providenciará a transferência dos recursos diretamente para o plano de benefícios receptor, na forma prevista na legislação vigente.

Art. 26 - Efetuada a transferência de recursos do Plano PREV-ESTAT para o plano de benefícios receptor encerram-se definitivamente todos os compromissos do Plano PREV-ESTAT para com o Participante que exerceu a Portabilidade e com seus Beneficiários.

Seção IV **Do Extrato e do Termo de Opção**

Art. 27 - A Petros fornecerá extrato ao Participante, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do cancelamento do registro no Instituidor ou da data do requerimento do Participante, contendo as seguintes informações:

I – quanto à manutenção da inscrição no Plano:

a) condições para manutenção de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT como Participante Mantido.

II – quanto ao Benefício Proporcional Diferido:

- a) montante garantidor da Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido;
- b) critério para custeio das despesas administrativas pelo Participante que tenha optado pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido;
- c) data base de cálculo do montante garantidor do Benefício Proporcional Diferido e critério de sua atualização;
- d) condições para aquisição do direito à Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido.

III – quanto ao Resgate:

- a) valor do Resgate, com observação quanto à incidência de tributação;
- b) data base de cálculo do valor do Resgate;
- c) critério utilizado para atualização do valor do Resgate, entre a data base de cálculo e o seu efetivo pagamento.

IV – quanto à Portabilidade:

- a) valor correspondente ao direito acumulado no Plano PREV-ESTAT, para fins de Portabilidade;
- b) data base de cálculo do direito acumulado, para fins de Portabilidade;
- c) valor atualizado dos recursos portados pelo Participante de outros planos de previdência complementar, se for o caso;
- d) critério a ser utilizado para atualização do valor, objeto da Portabilidade, até a data de sua efetiva transferência.

§ 1º - O Participante terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato, para optar por um dos institutos previstos neste Capítulo ou pela manutenção de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT como Participante Mantido, conforme artigo 14, mediante preenchimento e assinatura do Termo de Opção.

§ 2º - A opção do Participante Vinculado pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido não impede a posterior opção pelo Resgate ou pela Portabilidade, observadas as condições previstas neste Regulamento.

§ 3º - O Participante Mantido também poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido, pelo Resgate ou pela Portabilidade, observadas as condições previstas neste Regulamento.

§ 4º - O Participante Vinculado que, por ocasião do cancelamento do seu registro no Instituidor, não preencha as condições previstas neste Regulamento para recebimento de benefício e, no prazo estabelecido no § 1º, não opte por um dos institutos previstos neste Capítulo terá presumida a sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido, passando à condição de Participante Remido, desde que atendidas as demais exigências regulamentares.

CAPÍTULO VI DO VALOR MÍNIMO DE REFERÊNCIA

Art. 28 - O Valor Mínimo de Referência (VMR) do Plano PREV-ESTAT corresponde a R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), em julho de 2008, e será corrigido, anualmente, no mês de julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação IBGE.

CAPÍTULO VII DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 29 - O Plano de Custeio do Plano PREV-ESTAT será submetido à aprovação do Conselho Deliberativo da Petros.

Parágrafo único - O Plano de Custeio, elaborado anualmente de acordo com os resultados da avaliação atuarial, deverá ser revisto sempre que ocorrer evento determinante de alterações dos encargos do Plano PREV-ESTAT.

Seção I Do Custeio dos Benefícios

Art. 30 - O custeio dos benefícios assegurados pelo Plano PREV-ESTAT será atendido por contribuições dos Participantes Vinculados e dos Participantes Mantidos, bem como pelo rendimento líquido das aplicações desses recursos.

Parágrafo único - O Plano PREV-ESTAT poderá receber também:

I – contribuições de empregador, em favor de seus empregados inscritos como Participantes, mediante instrumento contratual específico;

II – aportes de terceiros efetuados por pessoas físicas em favor do Participante;

III – contribuições esporádicas do Participante Remido.

Art. 31 - As contribuições normais do Participante Vinculado e do Mantido para o Plano PREV-ESTAT compreendem:

I – contribuição ordinária;

II – contribuição de risco;

III – contribuição esporádica.

§ 1º - A contribuição ordinária terá caráter obrigatório e periodicidade mensal e seu valor será escolhido livremente pelo Participante, observado o mínimo previsto no § 2º, sendo atualizada, anualmente, no mês de julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação IBGE, verificada no período.

§ 2º - A contribuição ordinária não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do Valor Mínimo de Referência (VMR).

§ 3º - A obrigatoriedade a que se refere o § 1º se encerra na data em que o Participante atinge, cumulativamente, a idade mínima de 60 (sessenta) anos e o prazo mínimo de contribuição de 5 (cinco) anos para o custeio do Plano PREV-ESTAT.

§ 4º - O valor da contribuição ordinária deverá ser escolhido pelo Participante quando de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT, podendo ser alterado, semestralmente, nos meses de junho e dezembro, para vigorar a partir do mês subsequente.

§ 5º - A contribuição de risco, exclusiva do Participante que tenha optado pela cobertura adicional para os riscos de invalidez e morte, nos termos da Seção II do Capítulo X, terá caráter obrigatório e periodicidade mensal e corresponderá ao valor calculado atuarialmente, para cada Participante, em função do valor contratado e da idade do Participante, observado o disposto nos §§ 5º e 6º do artigo 51.

§ 6º - A contribuição esporádica terá caráter opcional e periodicidade eventual e seu valor será escolhido pelo Participante de acordo com sua conveniência, observada a legislação aplicável.

Art. 32 - O Participante Vinculado e o Mantido que já tenha contribuído para o Plano PREV-ESTAT por, no mínimo, 6 (seis) meses consecutivos poderá requerer, a qualquer momento, a suspensão do pagamento das suas contribuições ordinárias por um período de até 6 (seis) meses, contados da data do requerimento da suspensão, durante o qual será denominado Participante Licenciado.

§ 1º - O requerimento da suspensão deverá ser formulado por escrito e entregue à Petros para deferimento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do vencimento da contribuição, devendo a Petros se manifestar no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento do pedido de suspensão.

§ 2º - Durante o período de suspensão permanecem devidos os valores destinados ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT, calculados, **quando realizados por meio de taxa de carregamento**, sobre as contribuições ordinárias que seriam devidas caso não houvesse ocorrido a suspensão, bem como as contribuições de risco caso o Participante tenha optado pela cobertura adicional para os riscos de invalidez e morte prevista na Seção II do Capítulo X.

§ 3º - O Participante poderá apresentar novo pedido de suspensão somente após o pagamento de, pelo menos, 3 (três) contribuições ordinárias.

Art. 33 - O Participante Remido poderá efetuar contribuições esporádicas na forma do § 6º do artigo 31.

Art. 34 - Não serão devidas as contribuições ordinária, esporádica e de risco pelo Participante Assistido.

Seção II

Do Custeio Administrativo

Art. 35 - As despesas decorrentes da administração do Plano PREV-ESTAT pela Petros serão custeadas pelos Participantes, **pelos Assistidos**, por empregadores e por terceiros, **conforme critérios e percentuais aprovados pelo Conselho Deliberativo da Petros e mediante aplicação de:**

a) taxa de carregamento sobre as contribuições e/ou benefícios; e/ou

b) taxa de administração sobre o montante dos recursos garantidores do Plano.

Art. 36 - O Participante Remido deverá recolher, mensalmente, à Petros a importância destinada ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT.

Art. 37 - O valor previsto no **artigo 36** será calculado aplicando-se, **quando realizado por meio de taxa de carregamento**, a taxa estabelecida sobre o valor da contribuição ordinária do Participante do mês anterior à opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, sendo esse valor atualizado, anualmente, na mesma época e pelo mesmo índice de reajuste do Valor Mínimo de Referência (VMR).

Art. 38 - Os valores destinados ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT serão creditados no Fundo Administrativo, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 39 - As contribuições ordinárias e as contribuições de risco dos Participantes Vinculados e Mantidos, bem como os valores destinados ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT devidos pelos Participantes Licenciados e Remidos, deverão ser recolhidos à Petros, por meio da rede bancária conveniada, até o dia 5 ou o dia 20 do mês subsequente ao da competência, conforme opção do Participante.

Art. 40 - O atraso pelo Participante no recolhimento das contribuições devidas ou do valor destinado ao Custeio Administrativo acarretará a cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, a qual será destinada ao Fundo Administrativo, observada a legislação aplicável.

§ 1º - O Participante Vinculado ou o Mantido que atrasar o pagamento das contribuições mensais devidas ao Plano PREV-ESTAT será notificado para recolhê-las; mantida a inadimplência por 2 (dois) meses consecutivos, o Participante será notificado pela segunda vez e caso a inadimplência perdure por 3 (três) meses consecutivos será automaticamente cancelada sua inscrição no Plano PREV-ESTAT.

§ 2º - O Participante Licenciado ou o Remido que atrasar por 4 (quatro) meses consecutivos o pagamento do valor destinado ao custeio administrativo do Plano PREV-ESTAT será notificado para recolhê-lo; mantida a inadimplência por 5 (cinco) meses consecutivos, o Participante será notificado pela segunda vez e caso a inadimplência perdure por 6 (seis) meses consecutivos será automaticamente cancelada sua inscrição no Plano PREV-ESTAT.

Art. 41 - As contribuições vertidas ao Plano PREV-ESTAT serão investidas pela Petros no dia da efetiva confirmação da disponibilidade desses recursos na conta corrente da Petros, respeitadas as normas de compensação bancária.

§ 1º - Os recursos do Plano PREV-ESTAT serão aplicados pela Petros em conformidade com as disposições estatutárias e com a legislação vigente.

§ 2º - Os recursos do Plano PREV-ESTAT, na medida em que forem recebidos, serão convertidos em cotas representativas do patrimônio desse Plano.

§ 3º - O valor inicial da cota representativa do patrimônio do Plano PREV-ESTAT será de R\$ 1,00 (um real), sendo atualizado, mensalmente, de acordo com a rentabilidade líquida decorrente da aplicação dos recursos do Plano.

§ 4º - Os saldos em cotas acumulados nas Contas previstas no Capítulo IX serão transformados em moeda corrente nacional na data da concessão do Benefício, do Resgate ou da Portabilidade, com base no valor da cota representativa do patrimônio do Plano PREV-ESTAT.

Art. 42 - As despesas relativas às aplicações dos recursos vertidos para o custeio do Plano PREV-ESTAT, incluídos os encargos e os tributos, incidentes direta ou indiretamente, serão deduzidas dos rendimentos dessas aplicações ou dos próprios recursos, ficando esclarecido que o saldo das Contas do Plano PREV-ESTAT corresponde ao valor líquido, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO IX DAS CONTAS DO PLANO

Art. 43 - O Plano PREV-ESTAT manterá as seguintes Contas de caráter individual:

- I – Conta Pessoal;
- II – Conta de Recursos Portados;
- III – Conta de Recursos do Empregador;
- IV – Conta de Benefício Concedido.

Seção I Da Conta Pessoal

Art. 44 - Será mantida em nome de cada Participante Ativo uma Conta Pessoal, na qual serão creditados os seguintes valores:

- I – das contribuições ordinárias e esporádicas vertidas pelo Participante ao Plano PREV-ESTAT;
- II – de aportes de terceiros, desde que pessoas físicas, realizados em favor do Participante.

Parágrafo único - Dos valores previstos neste artigo, será deduzida a parcela destinada ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT, conforme artigo 35, antes do crédito na Conta Pessoal.

Seção II

Da Conta de Recursos Portados

Art. 45 - Na hipótese de o Participante Ativo portar recursos de outro plano de benefícios para o Plano PREV-ESTAT, será constituída uma Conta de Recursos Portados, dividida nas seguintes Subcontas:

I – Subconta Valores Portados Entidade Aberta: destinada a recepcionar recursos oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de previdência complementar administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora;

II – Subconta Valores Portados Entidade Fechada: destinada a recepcionar recursos oriundos de Portabilidade, constituídos em plano de benefícios administrado por entidade fechada de previdência complementar.

§ 1º - Os recursos portados de outro plano de benefícios poderão ser resgatados, portados ou utilizados para melhoria do benefício a ser concedido ao Participante no Plano PREV-ESTAT, desde que atendidas as condições previstas neste Regulamento.

§ 2º - Dos recursos portados de outro plano de benefícios de caráter previdenciário para o Plano PREV-ESTAT, não haverá desconto da parcela destinada ao custeio administrativo, na forma da legislação vigente.

Seção III

Da Conta de Recursos do Empregador

Art. 46 - Na hipótese de o Plano PREV-ESTAT, por meio de instrumento contratual específico, receber contribuições de empregadores em favor de seus empregados inscritos como Participantes, será constituída uma Conta de Recursos do Empregador, individualizada em nome do Participante, destinada a alocar os citados recursos, deduzidos da parcela destinada ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT, na forma do artigo 35.

Seção IV

Da Conta de Benefício Concedido

Art. 47 - Na data da concessão de um dos benefícios previstos neste artigo será constituída uma Conta de Benefício Concedido, individualizada em nome do Participante, que recepcionará os seguintes valores:

I – nos casos de Renda de Aposentadoria Normal e de Renda Proporcional Diferida:

- a) saldo da Conta Pessoal;
- b) saldo da Conta de Recursos do Empregador;
- c) saldo da Conta de Recursos Portados.

II – nos casos de Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo:

- a) saldo da Conta Pessoal;
- b) saldo da Conta de Recursos do Empregador;

c) saldo da Conta de Recursos Portados;

d) valor que houver sido recebido pela Petros da Seguradora, correspondente à cobertura adicional para os riscos de invalidez e morte de Participante Vinculado e Mantido incluído no Contrato de Seguro, prevista na Seção II do Capítulo X, se for o caso.

§ 1º - Após a transferência dos respectivos saldos, as Contas previstas nos incisos I e II serão automaticamente extintas.

§ 2º - A Conta de Benefício Concedido será debitada, mensalmente, no valor correspondente à prestação do benefício pago ao Participante ou Beneficiário ou, na data da concessão, no valor total do benefício pago em parcela única.

Seção V Da Atualização dos Saldos das Contas

Art. 48 - As Contas referidas neste Capítulo terão seus saldos atualizados, mensalmente, de acordo com a rentabilidade líquida obtida com a aplicação dos recursos.

CAPÍTULO X DOS BENEFÍCIOS

Seção I Do Elenco de Benefícios

Art. 49 - Os benefícios assegurados pelo Plano PREV-ESTAT são os seguintes:

I – Quanto aos Participantes:

- a) Renda de Aposentadoria Normal;
- b) Renda Proporcional Diferida;
- c) Renda de Aposentadoria por Invalidez.

II – Quanto aos Beneficiários:

- a) Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo;
- b) Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido.

Seção II Da Cobertura Adicional para os Riscos de Invalidez e Morte

Art. 50 - Os Participantes Vinculados e os Mantidos poderão optar por uma cobertura adicional para os riscos de invalidez e morte, a ser contratada pela Petros junto à Seguradora, observadas as condições estabelecidas no Contrato de Seguro.

§ 1º - A cobertura adicional para os riscos de invalidez e morte prevista no caput será oferecida aos Participantes Vinculados e Mantidos, observada a idade limite estabelecida pela Seguradora para inclusão do Participante no Contrato de Seguro.

§ 2º - O Participante que desejar contratar a cobertura adicional prevista neste artigo deverá assinar a respectiva proposta de inscrição, contemplando a declaração de saúde, e apresentar a documentação exigida pela Seguradora.

§ 3º - Os critérios para análise da proposta de inscrição, visando à inclusão do Participante no Contrato de Seguro, bem como os requisitos necessários à comprovação da ocorrência de Sinistro, serão estabelecidos pela Seguradora no referido Contrato.

§ 4º - No prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data do recebimento de toda a documentação necessária, a Seguradora, na hipótese de não aceitação do Participante no Contrato de Seguro, se manifestará junto à Petros quanto aos motivos da não aceitação, tendo a Petros o prazo de 5 (cinco) dias para comunicar essa decisão ao Participante.

§ 5º - A ausência de manifestação pela Seguradora no prazo previsto no § 4º implica a inclusão automática do Participante no Contrato de Seguro, ficando a Seguradora responsável pela emissão do certificado individual de seguro.

Art. 51 - O valor da cobertura adicional para os riscos de invalidez e morte, será livremente escolhido pelo Participante, observados os limites técnicos estabelecidos no Contrato de Seguro.

§ 1º - A cobertura adicional prevista neste artigo será custeada pela contribuição de risco vertida pelo Participante ao Plano PREV-ESTAT e repassada, mensalmente, pela Petros à Seguradora, após a dedução da parcela destinada ao Custeio Administrativo do Plano PREV-ESTAT.

§ 2º - O Participante poderá requerer a alteração do valor da cobertura adicional contratada nos meses de junho e dezembro, para vigorar a partir do mês subsequente.

§ 3º - Na hipótese prevista no § 2º, caso o Participante deseje aumentar o valor da cobertura adicional contratada deverá assinar nova proposta de inscrição, relativa ao acréscimo no valor da citada cobertura, contemplando nova declaração de saúde, sujeita ao deferimento pela Seguradora.

§ 4º - Os valores das coberturas adicionais contratadas serão atualizados, anualmente, no mês de julho, pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de acordo com as regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

§ 5º - O valor da contribuição de risco será recalculado, anualmente, no mês de julho, ou quando o valor da cobertura adicional for alterado por solicitação do Participante, considerando-se o valor contratado e a idade do Participante.

§ 6º - Além do recálculo previsto no § 5º, o valor da contribuição de risco poderá ser revisto em função de reajuste técnico, conforme regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

§ 7º - O atraso no pagamento da contribuição de risco implicará a suspensão automática e imediata da cobertura adicional, ficando a Petros e a Seguradora isentas de qualquer obrigação de pagamento do valor contratado no caso de invalidez ou morte do Participante.

§ 8º - A cobertura adicional poderá ser reabilitada mediante o pagamento das contribuições de risco em atraso, desde que efetuado antes da ocorrência do disposto no artigo 15, inciso III, sendo somente restabelecida às 24 (vinte e quatro) horas da data do pagamento das respectivas contribuições à Petros, não estando cobertos quaisquer eventos ocorridos durante o período da suspensão, conforme estabelecido no Contrato de Seguro.

§ 9º - Na ocorrência de Sinistro, devidamente comprovado de acordo com os requisitos estabelecidos pela Seguradora no Contrato de Seguro, as coberturas adicionais serão pagas à Petros, a título de indenização, e creditadas na Conta de Benefício Concedido do Participante para fins de composição da Renda de Aposentadoria por Invalidez ou da Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo, conforme o caso.

§ 10 - O pagamento da indenização prevista no § 9º será de exclusiva responsabilidade da Seguradora, conforme regras estabelecidas no Contrato de Seguro.

§ 11 - Em caso de eventual recusa do pagamento da cobertura adicional contratada por parte da Seguradora, esta apresentará, por escrito, à Petros, as razões pelas quais não efetuará o pagamento da referida indenização, ficando a cargo da Petros comunicar esse fato ao Participante ou a seus Beneficiários, sendo que a Petros poderá, mediante manifestação expressa e fundamentada do Participante ou de seus Beneficiários, adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias em defesa dos seus direitos.

Art. 52 - Estarão excluídos do Contrato de Seguro os Participantes Vinculados e os Mantidos que:

- a) requererem o cancelamento da sua cobertura adicional contratada;
- b) tiverem cancelada sua inscrição no Plano PREV-ESTAT;
- c) adquirirem a condição de Remido;
- d) passarem à condição de Assistido.

Parágrafo único – Na hipótese prevista na alínea “a”, o Participante poderá contratar nova cobertura adicional, devendo para tanto assinar nova proposta de inscrição, contemplando nova declaração de saúde, sujeita à aprovação da Seguradora.

Seção III **Da Renda de Aposentadoria Normal**

Art. 53 - A Renda de Aposentadoria Normal será devida, a partir da data em que for requerida, ao Participante Vinculado e ao Participante Mantido, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

- I – ter, pelo menos, 60 (sessenta) anos de idade;
- II – ter contribuído durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos para o custeio do Plano PREV-ESTAT.

Parágrafo único - A Renda de Aposentadoria Normal poderá ser requerida, sob a forma antecipada, a partir dos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

Art. 54 - Na data do requerimento da Renda de Aposentadoria Normal, o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

I – renda mensal por prazo indeterminado;

II – renda mensal por prazo determinado.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I, a renda mensal inicial será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II, a renda mensal inicial será calculada com base no saldo existente na Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício, na taxa atuarial de juros estabelecida e no prazo de recebimento de 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos escolhido pelo Participante na data do requerimento do benefício.

§ 3º - Ao requerer a Renda de Aposentadoria Normal, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Benefício Concedido, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inicial inferior ao mínimo previsto no § 4º.

§ 4º - Caso o prazo de recebimento da Renda de Aposentadoria Normal escolhido pelo Participante resulte em renda mensal de valor inicial inferior a 1 (um) VMR, o Participante deverá escolher outro prazo, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Caso o valor inicial da Renda de Aposentadoria Normal nos prazos de recebimento previstos neste artigo resulte inferior a 1 (um) VMR, o Participante receberá o valor que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esse Participante e com seus Beneficiários.

Seção IV **Da Renda Proporcional Diferida**

Art. 55 - A Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, será devida, a partir da data em que for requerida, ao Participante Remido que atender às mesmas condições previstas no artigo 53.

Parágrafo único - Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do artigo 53, o prazo mínimo de contribuição inclui o período em que o Participante contribuiu para o custeio administrativo do Plano PREV-ESTAT na condição de Remido.

Art. 56 - Na data do requerimento da Renda Proporcional Diferida, o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

I – renda mensal por prazo indeterminado;

II – renda mensal por prazo determinado.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I, a renda mensal inicial será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II, a renda mensal inicial será calculada com base no saldo existente na Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício, na taxa atuarial de juros estabelecida e no prazo de recebimento de 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos escolhido pelo Participante na data do requerimento do benefício.

§ 3º - Ao requerer a Renda Proporcional Diferida, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Benefício Concedido, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inferior ao mínimo previsto no § 4º.

§ 4º - Caso o prazo de recebimento da Renda Proporcional Diferida escolhido pelo Participante resulte em renda mensal de valor inicial inferior a 1 (um) VMR, o Participante deverá escolher outro prazo, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Caso o valor inicial da Renda Proporcional Diferida nos prazos de recebimento previstos neste artigo resulte inferior a 1 (um) VMR, o Participante receberá o valor que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esse Participante e com seus Beneficiários.

§ 6º - Na hipótese de o Participante Remido se tornar inválido antes de preencher as condições exigidas para a obtenção da Renda Proporcional Diferida será assegurado o direito de converter esse benefício em Renda de Aposentadoria por Invalidez.

§ 7º - Aos Beneficiários do Participante Remido que falecer antes de preencher as condições exigidas para a obtenção da Renda Proporcional Diferida será assegurado o direito à Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo.

Seção V

Da Renda de Aposentadoria por Invalidez

Art. 57 - A Renda de Aposentadoria por Invalidez será devida, a partir da data em que for requerida, ao Participante Vinculado e ao Mantido, bem como ao Remido na situação prevista no § 6º do artigo 56, que estejam aposentados por invalidez pela Previdência Social ou que tenham a invalidez reconhecida por junta médica a ser indicada pela Petros.

Parágrafo único - Para que o Participante Vinculado ou Mantido incluído no Contrato de Seguro tenha direito à cobertura adicional contratada, prevista na Seção II deste Capítulo, o fato gerador do pagamento dessa indenização deverá ser atestado pela Seguradora, observados os critérios estabelecidos no Contrato de Seguro.

Art. 58 - Na data do requerimento da Renda de Aposentadoria por Invalidez o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

I – renda mensal por prazo indeterminado;

II – renda mensal por prazo determinado.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I, a renda mensal inicial será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II, a renda mensal inicial será calculada com base no saldo existente na Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício, na taxa atuarial de juros estabelecida e no prazo de recebimento de 5 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos escolhido pelo Participante na data do requerimento do benefício.

§ 3º - Ao requerer a Renda de Aposentadoria por Invalidez, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Benefício Concedido, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inicial inferior ao mínimo previsto no § 4º.

§ 4º - Caso o prazo de recebimento da Renda de Aposentadoria por Invalidez escolhido pelo Participante resulte em renda mensal de valor inicial inferior a 1 (um) VMR, o Participante deverá escolher outro prazo, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Caso o valor inicial da Renda de Aposentadoria por Invalidez nos prazos de recebimento previstos neste artigo resulte inferior a 1 (um) VMR, o Participante receberá o valor que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esse Participante e com seus Beneficiários.

Seção VI

Da Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo

Art. 59 - A Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo será devida aos Beneficiários, observadas as classes previstas no artigo 11, em decorrência do falecimento do Participante Vinculado e do Mantido, bem como do Remido na situação prevista no § 7º do artigo 56.

Parágrafo único - No caso de falecimento de Participante Vinculado ou Mantido, incluído no Contrato de Seguro, para que os Beneficiários tenham direito à cobertura adicional contratada, prevista na Seção II deste Capítulo, o fato gerador do pagamento dessa indenização deverá ser atestado pela Seguradora, observados os critérios estabelecidos no Contrato de Seguro.

Art. 60 - A Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo consistirá numa renda mensal por prazo indeterminado, calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo da Conta de Benefício Concedido na data da concessão do benefício e as características etárias dos Beneficiários, observado o disposto no § 2º.

§ 1º - A Renda Mensal da Pensão por Morte de Participante Ativo será rateada entre os Beneficiários na proporção que tiver sido indicada pelo Participante, ou em partes iguais na ausência dessa indicação, e será devida enquanto os Beneficiários Assistidos não perderem tal condição.

§ 2º - Na ocorrência de inclusão de Beneficiário após a concessão da Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo, o benefício será recalculado e rateado, em partes iguais, entre os Beneficiários Assistidos, sendo devido a partir da data da comprovação de dependência junto à Petros,

§ 3º - Caso a Renda de Pensão por Morte de Participante Ativo, calculada na forma prevista no caput, resulte inferior a 1 (um) VMR, os Beneficiários receberão o valor que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, na proporção que tiver sido indicada pelo Participante, ou em partes iguais na ausência dessa indicação, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esses Beneficiários.

§ 4º - Na ausência de Beneficiários o saldo da Conta de Benefício Concedido será pago de uma só vez aos herdeiros e/ou legatários do Participante, mediante apresentação de alvará judicial.

Seção VII

Da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido

Art. 61 - A Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido será devida aos Beneficiários, observadas as classes previstas no artigo 11, em decorrência do falecimento do Participante Assistido.

Art. 62 - A Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido será paga da seguinte forma:

I – no caso de falecimento de Participante Assistido que esteja recebendo renda mensal por prazo indeterminado, o valor inicial da Renda de Pensão por Morte será calculado mediante equivalência atuarial, considerando o saldo remanescente da Conta de Benefício Concedido e as características etárias dos Beneficiários, sendo paga a partir da data do óbito e enquanto os Beneficiários Assistidos não perderem tal condição, observado o disposto no § 3º.

II – no caso de falecimento de Participante Assistido que esteja recebendo renda mensal por prazo determinado, o valor inicial da Renda de Pensão por Morte será igual ao valor da Renda que seria devida ao Participante no mês do falecimento, sendo paga a partir da data do óbito, enquanto os Beneficiários Assistidos não perderem tal condição, observado o prazo remanescente de recebimento em relação ao escolhido pelo Participante e o disposto no § 3º.

§ 1º - A Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido será rateada entre os Beneficiários na proporção que tiver sido indicada pelo Participante, ou em partes iguais na ausência dessa indicação, e será devida enquanto os Beneficiários Assistidos não perderem tal condição.

§ 2º - Na ocorrência de inclusão de Beneficiário após a concessão da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido, serão observados os seguintes critérios de acordo com a modalidade de recebimento da renda:

a) renda mensal por prazo indeterminado – o benefício será recalculado e rateado, em partes iguais, entre os Beneficiários Assistidos, sendo devido a partir da data da comprovação de dependência junto à Petros.

b) renda mensal por prazo determinado – o benefício será rateado, em partes iguais, entre os Beneficiários Assistidos, sendo devido a partir da data da comprovação de dependência junto à Petros.

§ 3º - Caso o valor inicial da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido resulte inferior a 1 (um) VMR, os Beneficiários Assistidos receberão o valor que serviu de base ao cálculo dessa renda, em parcela única, rateado na proporção que tiver sido indicada pelo Participante, ou em partes iguais na ausência dessa indicação, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esses Beneficiários.

§ 4º - Na ausência de Beneficiários do Participante Assistido, o saldo remanescente da Conta de Benefício Concedido será pago de uma só vez aos herdeiros e/ou legatários do Participante, mediante apresentação de alvará judicial.

Seção VIII **Dos Critérios de Ajuste dos Benefícios**

Art. 63 - Os benefícios pagos sob a forma de renda mensal por prazo indeterminado, serão recalculados, anualmente, no mês de julho, com base no saldo remanescente da Conta de Benefício Concedido e nas características etárias do Participante Assistido e/ou dos Beneficiários Assistidos, conforme o caso.

§ 1º - Caso o valor da renda mensal recalculada resulte inferior a 1 (um) VMR, o Assistido receberá o valor que serviu de base ao recálculo desse benefício, em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esse Participante e/ou com seus Beneficiários.

§ 2º - Independentemente do recálculo anual previsto no caput, a Renda de Pensão por Morte do Participante Ativo e a Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido pago sob a forma de renda mensal por prazo indeterminado serão recalculadas toda vez que ocorrer a perda da qualidade de um Beneficiário Assistido e procedido novo rateio entre os Beneficiários remanescentes, observado o disposto nos §§ 1º dos artigos 60 e 62.

Art. 64 - Os benefícios pagos sob a forma de renda mensal por prazo determinado, serão recalculados, anualmente, no mês de julho, com base no saldo remanescente da Conta de Benefício Concedido, na taxa atuarial de juros estabelecida e no prazo de recebimento remanescente em relação ao escolhido pelo Participante.

§ 1º - Na data do término do prazo de recebimento da renda mensal por prazo determinado, encerram-se todos os compromissos do Plano PREV-ESTAT para com o Participante e/ou com seus Beneficiários.

§ 2º - A critério do Participante, o prazo de recebimento do seu benefício poderá ser alterado, desde que o valor resultante não seja inferior a 1 (um) VMR, sendo que o prazo de recebimento da renda mensal será sempre contado a partir da data da concessão do benefício.

§ 3º - Caso o valor da renda mensal recalculada resulte inferior a 1 (um) VMR, o Assistido receberá o valor que serviu de base ao recálculo desse benefício, em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT para com esse Participante e/ou com seus Beneficiários.

§ 4º - Sempre que ocorrer a perda da qualidade de Beneficiário, em gozo de renda mensal por prazo determinado, será procedido novo rateio do benefício entre os Beneficiários remanescentes, observado o disposto no § 1º do artigo 62.

Art. 65 - As rendas mensais previstas nesta Seção terão seu valor permanentemente ajustado ao saldo da Conta de Benefício Concedido do Participante.

Art. 66 - O saldo remanescente da Conta de Benefício Concedido não recebido pelos Beneficiários em razão da extinção do benefício de Renda de Pensão por Morte do Participante Ativo ou de Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido será pago de uma só vez aos herdeiros e ou legatários do Participante, mediante apresentação de alvará judicial, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano PREV-ESTAT em relação aos Beneficiários Assistidos e aos herdeiros e/ou legatários do Participante falecido.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67 - Para a obtenção de qualquer benefício será indispensável que o Participante ou o Beneficiário o requeira à Petros, apresentando os documentos que forem necessários, conforme definido pela Petros.

Art. 68 - Os benefícios mensais serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua competência e os benefícios devidos em parcela única serão pagos dentro de 30 (trinta) dias do recebimento pela Petros de toda a documentação necessária à sua concessão.

Art. 69 - Prescreve o direito às prestações dos benefícios não reclamados no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas, não prescrevendo, porém, o direito ao benefício, resguardado o direito dos menores, dos incapazes e dos ausentes, na forma da lei.

Parágrafo único - Os valores correspondentes às prestações prescritas serão creditados em uma Conta de Benefícios Não Reclamados, cuja destinação dentro do Plano PREV-ESTAT será definida pelo Instituidor e, se distribuído entre os Participantes, deverá obedecer a critérios uniformes e não discriminatórios.

Art. 70 - A Petros disponibilizará ao Participante e ao Assistido Extrato Periódico contendo o saldo atualizado das suas contas individuais.

Art. 71 - O Participante que se julgar prejudicado por ato praticado pela Petros, na administração do Plano PREV-ESTAT, poderá dele recorrer à Diretoria Executiva da Petros, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ciência do ato.

Parágrafo único - Da decisão da Diretoria Executiva caberá recurso ao Conselho Deliberativo da Petros, nos 30 (trinta) dias seguintes, contados do recebimento, pelo interessado, da correspondente notificação.

Art. 72 - Este Regulamento entrará em vigor na data da publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria de sua aprovação pelo órgão governamental competente.

Parágrafo único - A alteração deste Regulamento deverá ser aprovada pelo Instituidor e pelo Conselho Deliberativo da Petros e vigorará a partir da data da publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria de sua aprovação pelo órgão governamental competente.

Glossário do Plano PREV-ESTAT

Aporte de Terceiros:

Valor recolhido por pessoa física em favor de Participante do Plano PREV-ESTAT.

Beneficiário:

É o dependente do Participante designado no Plano PREV-ESTAT.

Beneficiário Assistido:

É o Beneficiário que recebe benefício do Plano PREV-ESTAT.

Benefício Proporcional Diferido:

Instituto que permite ao Participante que cancela o registro no Instituidor interromper o pagamento das suas contribuições, mantendo somente o pagamento do valor correspondente ao custeio administrativo, para recebimento futuro de benefício decorrente dessa opção.

Cálculo por Equivalência Atuarial:

Cálculo do benefício que leva em consideração os saldos das Contas em nome de cada Participante, a sua expectativa de vida e a dos seus Beneficiários.

Conselho Deliberativo:

Órgão máximo da estrutura organizacional da Petros, responsável pela definição da política geral de administração tanto da Petros quanto de seus planos de benefícios. Sua ação se exerce pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

Conta de Benefício Concedido:

Conta criada em nome do Participante, na data da concessão de benefício, onde serão creditados os recursos destinados ao pagamento do benefício.

Conta de Recursos do Empregador:

É aquela onde são registradas as contribuições que empregadores venham a fazer em favor de empregados inscritos como Participantes do Plano PREV-ESTAT, por meio de contrato específico, deduzida a parcela destinada ao custeio administrativo, acrescidas da rentabilidade líquida obtida com a aplicação dos recursos.

Conta Pessoal:

Conta criada em nome do Participante para acumulação das suas contribuições.

Conta de Recursos Portados:

Conta criada em nome do Participante onde são registrados os recursos portados de outro plano de benefícios, dividida nas Subcontas: Valores Portados Entidade Aberta e Valores Portados Entidade Fechada.

Contrato de Seguro:

Contrato firmado entre a Petros e uma Seguradora para cobertura adicional dos riscos de invalidez e morte do Participante que optar por tal cobertura.

Contribuição de Risco:

Contribuição mensal realizada pelo Participante para garantir a cobertura adicional dos riscos de invalidez e morte, nas condições previstas no Contrato de Seguro firmado entre a Petros e a Seguradora.

Contribuição Esporádica:

Contribuição opcional e eventual realizada pelo Participante, a qualquer tempo.

Contribuição Ordinária:

Contribuição obrigatória e mensal realizada pelo Participante.

Custeio Administrativo:

Valor cobrado pela Petros para cobrir as despesas decorrentes da administração do Plano PREV-ESTAT.

Diretoria Executiva:

Órgão de administração geral da Petros, responsável pela execução das diretrizes fundamentais e pelo cumprimento da política de administração estabelecida pelo Conselho Deliberativo.

Estatuto da Petros:

Conjunto de normas que rege a Petros, estabelecendo a sua finalidade, seus membros, sua estrutura geral e seus órgãos estatutários com suas respectivas atribuições e competências.

Extrato Periódico:

Documento disponibilizado ao Participante e ao Assistido contendo informações individualizadas sobre a movimentação e o saldo das Contas em seu nome no Plano PREV-ESTAT.

Extrato e Termo de Opção:

Documento por meio do qual o Participante opta pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, do Resgate ou da Portabilidade, ou pela manutenção de sua inscrição no Plano PREV-ESTAT na condição de Participante Mantido.

Instituidor:

É a pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que oferece plano de benefícios aos seus associados ou membros.

Participante Assistido:

É o Participante que recebe benefício de pagamento continuado do Plano PREV-ESTAT.

Participante Ativo:

É o Participante do Plano PREV-ESTAT que ainda não recebe benefício do mesmo, classificado como Vinculado, Mantido ou Remido.

Participante Licenciado:

É o Participante do Plano PREV-ESTAT que, na condição de Vinculado ou de Mantido, solicita a suspensão do pagamento das suas contribuições ordinárias, na forma do Regulamento.

Participante Mantido:

É o Participante que ao cancelar o registro no Instituidor opta por manter a sua inscrição no Plano PREV-ESTAT, continuando a pagar as suas contribuições.

Participante Remido:

É o Participante que ao cancelar o registro no Instituidor opta por receber o Benefício Proporcional Diferido no futuro, interrompe o pagamento das suas contribuições ordinárias e de risco para o Plano, mas continua pagando o valor correspondente ao Custeio Administrativo.

Participante Vinculado:

É o associado do Instituidor que esteja inscrito no Plano PREV-ESTAT.

Portabilidade:

Instituto que permite ao Participante Ativo transferir o saldo existente em suas contas do Plano PREV-ESTAT para outro plano de previdência, sem incidência de Imposto de Renda, ficando cancelada sua inscrição no Plano.

Previdência Social:

É a previdência administrada pelo Governo, cujo órgão responsável pelo pagamento dos benefícios é o INSS.

Resgate:

Instituto que permite ao Participante que não esteja em gozo de benefício no Plano PREV-ESTAT, receber o saldo da Conta Pessoal, da Conta de Recursos do Empregador e, por sua opção, da Conta de Recursos Portados, nos termos do Regulamento, ficando cancelada sua inscrição no Plano.

Seguradora:

Companhia seguradora eleita pela Petros, em comum acordo com os Instituidores, contratada para pagamento da cobertura adicional dos riscos de invalidez e morte do Participante Vinculado e Mantido.

Sinistro:

Evento relacionado à incapacidade para o trabalho por invalidez ou à morte do Participante, reconhecido pela Seguradora como fato gerador do pagamento de indenização.

Termo de Portabilidade:

Documento que formaliza a transferência de recursos, correspondentes ao direito acumulado do Participante, entre planos de benefícios administrados por entidades de previdência complementar ou sociedades seguradoras autorizadas a operar os referidos planos.

VMR (Valor Mínimo de Referência):

É um valor utilizado como referência para o cálculo da contribuição mínima e do valor mínimo de pagamento de benefício mensal do Plano PREV-ESTAT.